



Portal de Legislação do Município de Viadutos / RS

LEI MUNICIPAL Nº 2.721, DE 20/04/2011

ESTABELECE NORMAS PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE ESCOLAR E PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO VILMAR DEMARCO, Prefeito Municipal de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais e de acordo com o disposto no [inciso III, artigo 69 da Lei Orgânica do Município](#).

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o auxílio transporte escolar e profissionalizante, que beneficiará estudantes e aprendizes residentes no Município de Viadutos - RS, que frequentem educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, educação de jovens e adultos, bem como cursos profissionalizantes.

Art. 2º Para obtenção e renovação do auxílio do transporte escolar, serão levados em conta os seguintes requisitos:

- I - comprovar anualmente residência fixa no Município de Viadutos;
- II - comprovar semestralmente matrícula efetiva;
- III - comprovar semestralmente, a periodicidade semanal do deslocamento a instituição de ensino.

Parágrafo único. Quando o transporte for feito por meio de veículos de empresas de transporte coletivo, ou veículo próprio do estudante ou núcleo familiar/ou outro meio de transporte, deverá ser comprovado mensalmente o deslocamento do estudante à instituição educacional ou profissionalizante. (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546, de 18.07.2023](#))

~~Art. 2º (-)~~

~~Parágrafo único. Quando o transporte for feito por meio de veículos de empresas de transporte coletivo, esta deverá comprovar mensalmente o deslocamento do estudante à instituição educacional ou profissionalizante. (redação original)~~

Art. 3º O auxílio transporte será de 100% (cem por cento) do valor das despesas para estudantes da educação infantil, ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, e aprendizes que frequentarem estabelecimentos de ensino e profissionalizantes situados no Município de Viadutos.

§ 1º O auxílio a que se refere o "caput" deste artigo será concedido ao estudante sob a forma de transporte fornecido pelo Município, por meio de veículos próprios ou terceirizados através de concessão.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, efetuará, anualmente, o cadastro de estudantes que desejarem utilizar o transporte fornecido, antes do início do ano letivo, e definirá as rotas do transporte escolar.

§ 3º Os estudantes que desejarem utilizar o transporte escolar fornecido pelo Município deverão observar regramento contido em Decreto a ser editado pelo Poder Executivo.

§ 4º Fica vedado aos estudantes residentes no perímetro urbano do Município utilizar o transporte escolar definido no "caput" deste artigo, salvo casos definidos em ato administrativo.

§ 5º Os estudantes que utilizarem o transporte fornecido pelo Município deverão preencher uma ficha cadastral fornecida pela Secretaria de Educação no início do ano letivo e ficam dispensados de apresentarem o comprovante exigido no inciso III, do artigo 2º, desta Lei.

Art. 4º O auxílio transporte para Estudantes Universitários e Estudantes de cursos profissionalizantes residentes no Município de Viadutos, não disponíveis no Município, a serem desenvolvido por Instituição de Ensino, como por exemplo Sesc, Senai e Senac será de: (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.647, de 18.03.2025](#))

- R\$ 24,00 ao dia para estudantes que se desloquem de Viadutos a Erechim, num valor máximo mensal de R\$ 480,00.

- R\$ 26,00 ao dia para estudantes que se desloquem de Viadutos até a UFFS, num valor máximo mensal de R\$ 520,00.

- R\$ 34,00 ao dia para estudantes que se desloquem de Viadutos até Getúlio Vargas, num valor máximo mensal de R\$ 620,00 mensais.

§ 1º Os valores supra serão pagos por estudantes que utilizam transporte coletivo para seu deslocamento.

§ 2º Os estudantes que se deslocarem por veículos particulares perceberão o valor de R\$ 6,80 ao dia.

§ 3º Semestralmente o estudante deverá apresentar atestado ou declaração de matrícula da

instituição de ensino na qual conste o número de dias semanais que o curso comporta.

§ 4º Mensalmente o aluno deverá constar na lista de atestado de transporte remetida pela empresa à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ou recibo de pagamento fornecido pela empresa de transportes, ou se utilizar veículo particular deverá apresentar comprovante de frequência mensal.

§ 5º Os valores do auxílio transporte serão corrigidos anualmente, via decreto, pelo IPCA.

Art. 4º O auxílio transporte para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar para outro Município por não haver curso equivalente no Município de Viadutos será de: (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.211](#), de 22.08.2017)

— I — (Revogado pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023);

— II — (Revogado pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023);

— III — (Revogado pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023);

— IV — (Revogado pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023);

— V — R\$ 34,52 (trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º do Decreto Municipal nº 006](#), de 20.02.2024)

— VI — R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º do Decreto Municipal nº 006](#), de 20.02.2024)

— VII — R\$ 101,48 (cento e um reais e quarenta e oito centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º do Decreto Municipal nº 006](#), de 20.02.2024)

— VIII — R\$ 136,01 (cento e trinta e seis reais e um centavo) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º do Decreto Municipal nº 006](#), de 20.02.2024)

— **§ 5º** Anualmente, no mês de fevereiro, o valor do auxílio transporte será reajustado tendo-se como índice de reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), positivo, verificado no exercício anterior. (AC) (acrescentado pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023)

Art. 4º (---)

— V — R\$ 33,00 (trinta e três reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023)

— VI — R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023)

— VII — R\$ 97,00 (noventa e sete reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023)

— VIII — R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município; (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.546](#), de 18.07.2023)

Art. 4º (---) (NR) (redação estabelecida pelo [art. 1º da Lei Municipal nº 3.211](#), de 22.08.2017)

— I — R\$ 11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— II — R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— III — R\$ 33,75 (trinta e três reais e setenta e cinco centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— IV — R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— V — R\$ 19,75 (dezoito reais e setenta e cinco centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VI — R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VII — R\$ 56,25 (cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VIII — R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

Art. 4º O auxílio transporte para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar para outro Município por não haver curso equivalente no Município de Viadutos será de:

— I — R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— II — R\$ 15,00 (quinze reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— III — R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— IV — R\$ 30,00 (trinta reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja de até 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— V — R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 05 (cinco) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VI — R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 10 (dez) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VII — R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar até 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— VIII — R\$ 50,00 (cinquenta reais) para estudantes e aprendizes que tiverem que se deslocar mais de 15 (quinze) dias mensais a instituições cuja distância seja superior a 17 km (dezesete quilômetros) da sede do Município;

— **§ 1º** O auxílio a que se refere o "caput" deste artigo será pago diretamente ao estudante e/ou aprendiz;

— **§ 2º** Na comprovação do deslocamento, exigido no inciso III, do artigo 2º, desta Lei, o requerente deverá declarar a quantidade de dias que se desloca por semana do Município de Viadutos até a instituição educacional ou profissionalizante;

— **§ 3º** Na comprovação de mais de 2 (dois) deslocamentos por dia, o requerente deverá declarar a quantidade do respectivo deslocamento, bem como receberá o auxílio transporte correspondente;

— **§ 3º** O requerente deverá comprovar que não há no Município curso equivalente para ser beneficiado pelo auxílio.

~~§ 4º O requerente que não apresentar a documentação necessária, até o dia 10 do mês subsequente ao que origina o auxílio perderá o direito do benefício no mês.~~
(redação original)

Art. 5º O auxílio transporte será de 100% (cem por cento) do valor das despesas para estudantes com deficiência e que necessitam frequentar estabelecimentos de atendimento educacional especializado, APAE, centros de fisioterapia ou similares não oferecidos no Município numa distância de até 50 Km da sede.

§ 1º O auxílio a que se refere o "caput" deste artigo será concedido ao estudante que utilizar o transporte fornecido pelo Município, por meio de veículos próprios ou terceirizados, ou, ainda, utilizar serviço de empresa de transporte coletivo.

§ 2º Na comprovação do deslocamento, exigido no inciso III, do artigo 2º, desta Lei, o requerente deverá informar a quantidade de dias que se deslocou do Município de Viadutos até a instituição.

§ 3º Caso os beneficiados necessitem de comprovado acompanhamento, por meio de atestado médico ou equivalente, o acompanhante também receberá 100% (cem por cento) do valor das despesas.

§ 4º O acompanhante deverá, também, comprovar o deslocamento, conforme § 2º deste artigo.

§ 5º O requerente que não apresentar a documentação necessária, até o dia 10 do mês subsequente ao que origina o auxílio perderá o direito do benefício no mês.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, especialmente [1.973/2004](#), de 16 de março de 2004, e alterações posteriores, e [Lei Municipal nº 1.814](#), de 26 de dezembro de 2001.

Art. 7º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VIADUTOS, em 20 de abril de 2011.

*Celso Vilmar Demarco
Prefeito Municipal*

*REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
DATA SUPRA*

*EDISON ROBERTO DEMARCO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO*